

1 MINUTA DA ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMA

2 Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2.003, às 08:30 horas, realizou-se em Curitiba, na sala de
3 reuniões da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, a Qüinquagésima Oitava Reunião
4 Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, com a seguinte Ordem do dia; relato de
5 atividades e estabelecimentos de prazo para encerramento das atividades das Câmaras Temáticas, de
6 cadastramento de Entidades Ambientais de Resíduos Sólidos, do Fundo para preservação de florestas com
7 Araucárias e Campos Naturais e Apresentação dos mapas das áreas de Risco Ambiental do Estado do
8 Paraná (SEMA/IAP/SUDERHSA). A reunião foi instalada pelo senhor LUIZ EDUARDO CHEIDA, Secretário
9 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente -
10 CEMA; e contou com as presenças dos Conselheiros Titulares: LINDSLEY DA SILVA RASCA
11 RODRIGUES, do Instituto Ambiental do Paraná – IAP; DARCY DEITOS, da Superintendência de
12 Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA; CARLOS MELLO
13 GARCIAS, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR; ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da
14 Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – APROMAC; CARLOS JOSÉ ZIMMER, da
15 Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná – FEEB; PAULO
16 APARECIDO PIZZI, do Instituto de Estudos Ambientais – MATER NATURA; JOEL CARLOS SARNICK, da
17 Fundação Ângelo Cretã de Educação Ambiental – FUNDAÇÃO CRETÃ; ESPARTANO TADEU DA
18 FONSECA, da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais; EUCLIDES SELVINO GRANDO JUNIOR,
19 Liga Ambiental – LIGA; GERALDO RAMTHUN – FETRACONSPAR; ANTONIO RICARDO LORENZON,
20 representando ORLANDO PESSUTI, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB;
21 CÍCERO GONÇALVES DE OLIVEIRA, representando, ALDAIR TARCÍZIO RIZZI, da Secretaria de Estado da
22 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior –SETI; ANA MARIA DIAS FERREIRA, representando MAURÍCIO
23 REQUIÃO DE MELLO E SILVA, da Secretaria de Estado da Educação – SEED; MARÍLIA TISSOT,
24 representando ROBERTO GAVA, da Federação da Industrias do Estado do Paraná – FIEP; Conselheiros
25 Suplentes: VÂNIA MOREIRA DOS SANTOS, do Instituto dos Guardiões da Natureza – ING; ARNALDO
26 CARLOS MULLER, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC; SÉRGIO GONÇALVES DE LIMA,
27 da Federação dos Trabalhadores em Educação. No Estado do Paraná - FETEPAR; PAULO ROBERTO
28 NENEVÊ, da Caramuru Organização de Proteção Ambiental e Conservação; FERNANDO PILATTI da
29 APIESP; ANA CLAUDIA BENTO GRAF da Procuradoria Geral do Estado – PGE; ULISSES JOSÉ LUCAS
30 da SUDERHSA; os convidados ZULEICA NYCZ, da Rede de Ongs Mata Atlântica; THIAGO ANDREY
31 PASTORI do CARAMURU; SCHIRLE MARGARET D. R. BRANCO do SEMA; LEONARDO ZAGONEU
32 SERAFIN da AADS; HARRY TELLES do IAP; MILTON BEZERRA GUEDES do INCRA; MAURÍCIO SAVI
33 do IBAMA; ARTY COELHO DE S. FLECK do IBAMA; SILÁRIO DE BRITO do MST; o Senhor LUIZ
34 EDUARDO CHEIDA, presidente do CEMA; saudou as pessoas presentes e iniciou a Qüinquagésima Oitava
35 Reunião Ordinária do Meio Ambiente. . O primeiro assunto a ser discutido foi à aprovação das Atas da
36 Qüinquagésima Sétima Reunião Ordinária e da 4.ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio
37 Ambiente, a palavra foi passada ao Senhor ÁLVARO APARECIDO MARQUES, Secretário Executivo do
38 CEMA; devido ao problema no xerox na última folha da Ata da 4ª Reunião Extraordinária deveria ser
39 desconsiderada. Com a palavra o Conselheiro CÍCERO GONÇALVES DE OLIVEIRA, da SETI; solicitou

40 inclusão do seu nome na lista de presença, representando o Senhor ODAIR RIZZI, da SETI; passa a palavra
41 ao Conselheiro PAULO APARECIDO PIZZI, da MATER NATURA; informa que não esteve na presente
42 reunião no período da tarde: passa a palavra ao Conselheiro FERNANDO PILATTI, da APIESP; confirmando
43 a sua presença na 4ª Reunião Ordinária. O presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; coloca em
44 votação sendo aprovada por unanimidade. Colocando em discussão a Quinquagésima Sétima Reunião
45 Ordinária, EUCLIDES SELVINO GRANDO JUNIOR, da LIGA; sugeriu uma correção na linha de números
46 cinco que está "Câmaras Temáticas em Ativas" para "Câmaras Temáticas em Atividade", na mesma linha
47 que esta "discutir as proposições enviadas pela Liga Ambiental" alterar para "discutir as propostas de
48 Resolução enviadas pela Liga Ambiental", na linha sessenta e cinco para sessenta e seis,... "Questionou
49 sobre o pedido de retirada" gostaria de alterar para "questionou sobre a pertinência sobre o pedido de
50 retirada", a linha cento e dez o texto onde a Conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da PGE;
51 baseando-se em leis, o aposto não consta no seu ofício, sugiro suprimir este aposto, em seqüência a linha
52 cento e onze informava que "votava contra a proposta de Resolução da LiGA por ser inconstitucional",
53 sugeriu trocar por considerar a proposta inconstitucional". O presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO
54 CHEIDA; colocou em discussão a Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária, não havendo Conselheiros
55 que queiram se manifestar, a referida Ata foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, Conselheiro
56 ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da APROMAC; referente à Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária, na linha
57 241 da referida Ata, pediu que a palavra; "respondida" fosse alterada para "comentada". O presidente deste
58 Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; esclarece que a proposta acima foi encaminhada e é objeto da Pauta
59 de hoje dia vinte e sete de novembro do corrente, com a presença do Senhor HARRY TELLES do IAP, que
60 vai apresentar o mapa de risco ambiental ao Conselho. Esta presidência considera aprovada a Ata da
61 Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho. O Senhor ÁLVARO APARECIDO MARQUES, do
62 CEMA; lê as correspondências recebidas, o Ofício n.º 1911/2003/01 da PROMAC, confirmando a Senhora
63 ZULEICA NYCZ na Câmara temática de Resíduos Sólidos; Ofício n.º 2651/03 da SEED, indicando como
64 Suplente do Conselheiro Maurício Requião, a Senhora ANA MARIA DIAS FERREIRA; Ofício de n.º 151/03
65 da ADA. O Conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da APROMAC; com a palavra, pergunta sobre as
66 pendências da Ata da 2ª Reunião Extraordinária, gostaria de saber se esta incluída na Pauta desta
67 Reunião. O presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA, em resposta, informa que a Ata da 2ª
68 Reunião Extraordinária, será novamente submetida à apreciação do Conselho para votação, na Reunião do
69 dia 11 de dezembro, próximo, passando a palavra a Conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da PGE;
70 esclareceu e desculpando-se por não participar das reuniões anteriores; sobre a Câmara Temática de
71 Cadastramento de Entidades Ambientais, é uma Câmara permanente, foi feito um esforço para analisar
72 todos os pedidos das entidades devidamente cadastradas para concorrer a uma das vagas do Conselho,
73 salientando que foi apresentado este último relatório uma série de sugestões para facilitar a organização
74 dessas informações junto ao CEMA e das entidades ambientalistas. Em relação a Câmara Temática de
75 Resíduos Sólidos, explicou que a gravidade é que o Conselho se reúne três vezes ao ano, desconhecendo
76 a quantidade dos pedidos dessas importações de Resíduos Sólidos, se o CEMA vier a assumir essa
77 competência, as reuniões terão que ser mensais ou quinzenais dependendo da demanda, por isso foi
78 solicitado junto ao Diretor do IAP, a presença de seus técnicos para ser prestado esclarecimentos,
79 possibilitando apresentar um relatório na próxima reunião. Com relação a Câmara Temática das Araucárias

80 e Campos Naturais, tinha por objetivo principal a criação de incentivos fiscais para proprietários particulares
81 que tivessem Araucárias em suas terras, o trabalho foi avançado para as empresas que se conscientizem a
82 serem madrinhas de certas áreas. Foi solicitado ao Secretário da SEMA, para criar uma força-tarefa. O
83 presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; abre discussão sobre a primeira Câmara de
84 Cadastramento de Entidades Ambiental, com a palavra, o Senhor DARCY DEITOS, da SUDERHSA;
85 sugeriu que esta comissão que vai examinar o regimento interno, poderia incluir um dispositivo para facilitar
86 todo este tramite. Com a palavra ao Conselheiro EUCLIDES SELVINO GRANDO JUNIOR, da LIGA;
87 referindo-se a proposta do Conselheiro DARCY DEITOS, da SUDERHSA; referindo-se que a comissão
88 constituída tem 90 dias para trabalhar e apresentar seus relatórios, nós já temos esta Câmara Temática
89 que tem atribuições específicas de estudar a composição do CEMA, e naturalmente deve ser imposta a
90 essa Comissão, pedindo assim para reconsiderar ou esclarecer essa preposição. A palavra ao Conselheiro
91 CARLOS JOSÉ ZIMMER, da FEEB; sugeriu que seja ampliado o sistema de trabalho do CEMA e a
92 Câmara Temática de Cadastramento de Entidades Ambientais trabalhem em consonância, para
93 atualização dos cadastros, concordando em criar um novo cadastro se não existir. Com a palavra a
94 Conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da PGE; recomenda, que se recupere o Projeto de Lei,
95 reestruturando o CEMA que foi recolhido pelo Governador Requião, isto seria uma segurança para
96 sociedade, para estado, seria um objeto de Lei e não poderia ser modificadas com facilidade. Com a
97 palavra o Conselheiro PAULO APARECIDO PIZZI, da MATER NATURA; sugeriu que na ausência de outros
98 cadastros específicos, sejam utilizados de temas, cadastros unificados. Em resposta a Conselheira ANA
99 CLÁUDIA BENTO GRAF, da PGE; discorda, por que para que seja institucionalizado, demandaria um
100 trabalho maior do que tem condições de cumprir, isso poderia ser uma meta no futuro. O presidente deste
101 Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; consulta o Conselheiro PAULO APARECIDO PIZZI, da MATER
102 NATURA; ao ser atualizado todo o cadastro e dado ciência a todas as Secretarias de Governo e todos os
103 órgãos, satisfariam inicialmente a sua preocupação, já que esta havendo concordância, então passamos a
104 votação à única proposta mencionada de se criar uma força-tarefa, sendo aprovada por unanimidade. Em
105 discussão a Segunda Câmara Técnica em Resíduos Sólidos, o Conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da
106 APROMAC; propõe que seja disponibilizado a quem tiver interesse dos Conselheiros, a ter vista a esses
107 processos de Licenciamento da importação do lixo tóxico de Cubatão da Carbochloro emitida o ano passado
108 aqui para o Paraná. Em discussão o Senhor Conselheiro PAULO APARECIDO PIZZI, da MATER NATURA;
109 acha que não é função deste CEMA, ficar analisando a importação dos produtos, o resultado dessa
110 Câmara se daria o embasamento do licenciamento da seqüência do IAP. Em discussão o Conselheiro
111 ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da APROMAC; é preciso antes do IAP liberar o licenciamento trazer para o
112 Conselho se manifestar a respeito, aí esta o controle social. Em discussão a Conselheira ANA CLÁUDIA
113 BENTO GRAF, da PGE; com relação aos convites para integrar as reuniões das câmaras, devem ser
114 públicas, com todos os interessados, sejam sociedades públicas ou empresas, todas tem direito a voto,
115 quando autorizada por nós; passando a palavra ao Senhor ÁLVARO APARECIDO MARQUES, do CEMA;
116 esclarece que existe um erro no roteador do Notes, estive presente nessa reunião de Resíduos Sólidos e
117 não houve nenhum prejuízo para a Conselheira MARILIA TISSOT, da FIEP; e nem para a FIEP, pois o
118 Ofício encaminhado através da Senhora para o IAP, não foi respondido, será respondido e discutido na
119 próxima reunião do dia vinte e oito de novembro, do corrente, da Comissão de Resíduos Sólidos. Com a

120 palavra o presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; pergunta ao Secretário Executivo do CEMA,
121 se foi encaminhado a Convocação a Conselheira MARILHA TISSOT. Em resposta o Senhor ÁLVARO
122 APARECIDO MARQUES, do CEMA; foi encaminhada por um e-mail da FIEP. Em discussão a Conselheira
123 MARILHA TISSOT, da FIEP; afirma não ter recebido este e-mail, sente-se prejudicada, pois representa um
124 grupo muito grande de empresas e empresários, tendo uma grande responsabilidade. Com a palavra o
125 presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; perguntando a Conselheira MARILIA TISSOT, se ela
126 tem recebido as outras informações, como Pauta, Ata e outros documentos. Em resposta a Conselheira
127 MARILHA TISSOT, da FIEP; informa que a do dia vinte de novembro, do corrente não, as demais sim. Com
128 a palavra o presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; desculpou-se com todos os Conselheiros
129 e se compromete a fazer todos os esforços para que não ocorram novamente. Em discussão o Conselheiro
130 LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, do IAP; tendo que lixo bom é lixo que se exporta, mas sim,
131 lixo bom é lixo bem destinado e bem acondicionado, temos que analisar o balanço entre importação e
132 exportação. Deve ser feita uma alta sustentabilidade da situação, que pela história de tratamento de
133 resíduos, quando não se consegue acondicionar, existem maneiras de regular o seu acondicionamento.
134 Não é contra o controle social. São vinte e dois técnicos que respondem sozinhos, porque o estado não
135 tem como aportar elementos, como, advogados para defende-los pelo Ministério Público, que é nosso
136 guardião da legislação. Agora a grande pergunta é, onde está o lixo antes de um aterro sanitário controlado,
137 interessa muito ao órgão ambiental resolver esta questão. Em discussão o EUCLIDES SELVINO GRANDO
138 JUNIOR, da LIGA; refere-se que nos últimos seis anos tem feito solicitações reiteradas, com relação a
139 licenciamento no IAP, e nunca recebeu uma comunicação formal sobre essas solicitações. Em discussão
140 o Senhor ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da APROMAC; agradece a nova gestão do IAP, em especial ao
141 Senhor LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, do IAP, por ter recebido uma resposta, depois de
142 cinco anos de solicitações. Em discussão a Conselheira MARLI LUISA JUAREZ – da OAB; na questão de
143 importação e exportação do lixo, o principal é a proteção do meio ambiente, precisa de processos que
144 dêem segurança à população local. Em discussão o Conselheiro CARLOS JOSÉ ZIMMER, da FEEB;
145 propõe que o CEMA, se reúna extraordinariamente, no momento em que houvesse uma discussão neste
146 sentido. Com a palavra o presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; passando para a segunda
147 discussão desta mesma câmara técnica, que é a questão de prazo, para encerramento de seus trabalhos.
148 Em discussão o JOEL CARLOS SARNICK, da FUNDAÇÃO CRETÃ; sugere que o prazo seja de noventa
149 dias, com renovação por mais sessenta dias. Com a palavra o presidente do Conselho LUIZ EDUARDO
150 CHEIDA; concorda que só há uma proposta, acima citada, a partir da data de publicação da Resolução 6,
151 em votação e aprovada por unanimidade. Abrindo então a discussão sobre a Câmara Temática do Fundo de
152 Preservação de Florestas de Araucárias. Com a palavra o Conselheiro JOEL CARLOS SARNICK, da
153 FUNDAÇÃO CRETÃ; para melhorar a preposição dessa força-tarefa, para que não fique concentrada
154 apenas na região centro-sul, também verificar os problemas na região metropolitana. Com a palavra o
155 presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; explica-se que se trata da Floresta Ambrofila Mista,
156 que cujo bioma é extenso, onde o maior problema esta ocorrendo na região Sul e Centro-Sul do Paraná,
157 mas a SEMA já esta encaminhando uma convocação nesse sentido de criar uma força-tarefa,
158 possivelmente na próxima semana, mas envolvendo, órgãos federais, além dos órgãos estaduais
159 pertinentes. Sendo colocada em votação, e aprovada por unanimidade; será de iniciativa do Conselho

160 Estadual do Meio Ambiente – CEMA, a formação desta força-tarefa. Com a palavra o DARCY DEITOS, da
161 SUDERHSA; pede para se ausentar, devido a Conferência Nacional do Meio Ambiente, mas gostaria de
162 deixar um registrado ao penúltimo item da Pauta, na exclusão da Conselheira MARILIA TISSOT, atitudes
163 como essa não vão de encontro com o processo democrático legítimo, é uma atitude antiética e
164 autoritarista dessa organização não governamental ADDA. Com a palavra o presidente deste Conselho LUIZ
165 EDUARDO CHEIDA; pede para que o Conselheiro DARCY DEITOS, da Superintendência de
166 Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA, deixe o seu suplente para
167 externar essa preocupação. A próxima Pauta em discussão será, a apresentação dos mapas das áreas de
168 risco ambiental do estado do Paraná que será feita pelo Engenheiro Agrônomo HARRY TELLES, do IAP,
169 esta faz parte da penúltima reunião do Conselho de apresentar este trabalho que está em andamento, para
170 conhecimento de todos os Conselheiros, informando a todos que não é um trabalho finalizado. Em
171 apresentação o senhor HARRY TELLES, do IAP; O mapa de zonas de risco ambiental ele foi desenvolvido
172 a partir da Resolução n.º 024/03 de junho, passado e a segunda fase determinada pela Resolução n.º
173 032/03 de setembro, passado da Secretaria de Estado de meio Ambiente – SEMA, com participação do
174 SEMA, IAP e SUDERHSA. Zona de risco Ambiental se define como são ou estão localizadas em regiões
175 ou locais com um ou mais empreendimentos industriais ou de serviços, cujas atividades, são consideradas
176 potencialmente impactantes, de acordo com a legislação ambiental vigente. É bom ficar claro que nas
177 zonas de risco ambiental, tanto em locais, quanto em sítios frágeis, o que se fez foi à identificação
178 referenciada, não entendo uma região como um todo. Foram identificados alguns pontos mais importantes
179 e maior potencialidade de serem afetados uma série de dados foram identificados, abriu as possibilidades
180 de caracterização de zonas de risco, em rodovias e ferrovias, com a denominação e as coordenadas, que já
181 estão lançadas anteriormente, então, este é o formulário que foi embasado com todos os dados, em um
182 banco de dados bastante simples, mas que atendia as nossas necessidades para poder estabelecer uma
183 série de interpretações e de correlações. Não significa, que os municípios que não estão no mapa de risco
184 ambiental, não tem sítios frágeis ou zonas com risco ambiental. Dentro do trabalho realizado nos permitiu
185 fazer algumas interpretações entre o Universo que foi cadastrado, tem requisitos que aparecem com maior
186 percentual de ocorrência, o que chama a atenção, é que não é possível somar um número de zona de
187 risco, porque algum empreendimento tem mais de um lançamento de afluentes. Dos empreendimentos
188 localizados nas zonas de risco, 70% tem licenciamento ambiental para operação em funcionamento, e por
189 decorrência 30% não estão regularizados perante as Instituições Ambientais. O presidente deste Conselho
190 LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradece a apresentação do Engenheiro Agrônomo HARRY TELLES – do IAP,
191 abrindo às considerações. Com a palavra o Conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da APROMAC; espera
192 que seja alimentado constantemente com os dados, por exemplo, uma área que possa ser acessada a
193 qualquer momento na internet e saber que aquela área apresentará aqueles dados, e a partir disto sejam
194 tomadas às devidas providências para deixar de ser considerada uma área de risco, e que novas áreas
195 sejam acrescentadas, inclusive com a colaboração das Ong's ambientalistas, que conhecem com certeza
196 muitas áreas de passivos ambientais de risco, que poderão colaborar com este projeto. Em discussão o
197 presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; explica que o risco não pode ser confundido com o
198 problema ambiental, seja ele passivo ou ativo, a palavra risco é conotação de prioridade de trabalho, um
199 alerta a população é uma questão de envolvimento numa solução do problema, o que tentou considerar foi

200 estudar o estado do Paraná, para ver quais os lugares aonde a política ambiental, mais efetivamente deva
201 priorizar e chamar a atenção para duas questões; primeira – este trabalho é pioneiro do país. Segunda – é
202 pedido para que divulgue as características particulares de cada um destes pontos. Em discussão
203 CARLOS MELLO GARCIAS, da PUC-PR; sugeriu que documentos como esse deixa claro que a questão
204 sanitária é um risco fundamental, mas pretende-se levantar os demais riscos, para não mudar a direção das
205 preocupações. O Engenheiro Agrônomo HARRY do IAP, esclarece que não foi deixado de fora essa
206 colocação mesmo se tratando de empreendimentos estatais, mais que tenham um potencial de risco;
207 estão cadastrados e encima destes estão sendo feito uma ação pela SEMA. Com a palavra a Conselheira
208 MARILIA TISSOT, da FIEP; para se estabelecer planos de auxílio mútuo, com certeza essa base vai nos
209 permitir um desdobramento, é muito importante para as questões de prevenção da SEMA. Com a palavra o
210 Conselheiro ESPARTANO TADEU DA FONSECA, da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais;
211 sugeriu que se some a todo um contexto, tendo que oportunizar esse trabalho, ele pode gerar dentro de um
212 Plano Diretor para os municípios um prognóstico, já que se trata de um diagnóstico muito profundo da
213 questão ambiental, ele apresentando algumas soluções, inclusive locais em parcerias com a SEMA e IAP.
214 Com a palavra o Conselheiro EUCLIDES SELVINO GRANDO JUNIOR, da LIGA; agradece a iniciativa por
215 parte da SEMA e do IAP, mas solicita esclarecimento ao senhor HARRY TELLES, quanto à atualização
216 das informações e a integração junto às outras instituições do governo que já possuem algumas
217 informações importantes, para que não entrem em contradição, como exemplo, na próxima semana será
218 entregue uma mapa de risco com relação a mananciais de abastecimento público, foi contratado no
219 governo passado e esta sendo entregue agora com recursos do FEMA, este mapa foi gerado em cima de
220 uma base cartográfica em arquivil, não sabendo se é compatível com esta base mencionada. Outro
221 exemplo é do DER que tem uma relatório interno, justamente definindo quais as rodovias com pontos de
222 maior risco de acidentes, com cargas tóxicas; este trabalho existe, as Ong's e as universidade vêm
223 trabalhando com este tipo de abordagem, por isso teríamos mais um tipo de informação desintegrada, mas
224 que são igualmente importantes e que podem se conflitar. Em esclarecimento o Engenheiro Agrônomo
225 HARRY TELLES, do IAP, esse mapeamento de risco esta georeferenciado, ele é compatível com qualquer
226 outra base cartográfica de qualquer escala, ele pode ser facilmente transformado em coordenadas
227 geográficas, sendo ele colocado junto com os outros trabalhos de outras instituições, só não foi feito ainda
228 por questões legais, teria que fazer um novo processo licitatório para uma complementação. O presidente
229 LUIZ EDUARDO CHEIDA; pede para que o senhor HARRY TELLES do IAP, apresente na próxima reunião
230 os três mapas, para conhecimento dos senhores Conselheiros, continuando e abrindo discussão sobre as
231 duas preposições em Pauta, o primeiro é as preposições entregues na última reunião deste Conselho que
232 esta em anexo que é os Ofícios de n.º 151 do dia treze de novembro, passado, sobre a APA da Serra da
233 Esperança, a segunda questão em pauta é sobre a legalidade da presença e do documento entregue pelo
234 Senhor JORGE R. A. M. da ADA. O presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; informa que o
235 Ofício feito pela ADA vai ser acatado como um documento oficial, protocolado por este Conselho, para ser
236 submetido à discussão, restando apenas uma proposta que é do Conselheiro SÉRGIO GONÇALVES DE
237 LIMA, da FETEPAR; deixando os dois pontos de pauta restantes para a próxima reunião. O presidente
238 deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; entende que existem duas propostas, uma de seguir a Pauta
239 normalmente e o outro é de se remeter este ponto de Pauta para a próxima reunião. Em votação, houve

240 nove votos para a primeira proposta e cinco votos para a segunda proposta, continuando então a discussão
241 da Pauta, sobre o requerimento do Ofício 151/03 da ADA, encaminhado pelo Conselheiro EUCLIDES
242 SELVINO GRANDO JUNIOR, da LIGA; na última reunião, e que seja discutido ponto a ponto. Em votação e
243 aprovado por unanimidade. Primeiro ponto sobre a deliberação do CEMA, a respeito da legitimidade ou não
244 das licenças de instalação e demais tramites necessários junto a SEMA, IAP e SMMA, para a construção
245 e funcionamento do Parque Shopping Barigui, localizado em área hidromórfica e dentro da APP do Rio
246 Barigui, da cidade ecologia Curitiba-Paraná, em flagrante desrespeito a toda legislação vigente em todos os
247 níveis Municipais, Estaduais e Federais. Em discussão o Conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da
248 APROMAC; solicita passar a palavra por cinco minutos ao convidado VITÓRIO SURUTHCK, para
249 esclarecimento do assunto. Em votação, aprovado por unanimidade. Em esclarecimento o convidado
250 VITÓRIO, é o maior Shopping de Curitiba, localizado as margens do Rio Barigui, não foi solicitada toda a
251 documentação necessária somente parte delas, e tem uma potencialidade significativa em impacto,
252 inclusive foi divulgado pela Gazeta do Povo, o problema do trânsito, porque é uma área frágil, atrás existem
253 bosques aonde habitam espécies raras que estão em extinção, nesta área esta o leito maior do rio área de
254 preservação permanente, onde não poderia ser construído referido Shopping. No entanto o Município de
255 Curitiba editou um Decreto que contraria a sua própria legislação pela Constituição Federal, fechando que
256 os casos de potencialidade significativa de depredação ambiental que não estejam arroladas na Resolução
257 001/86, aqui se exigiriam os documentos necessários. Essa questão foi colocada no Instituto Ambiental do
258 Paraná – IAP, e acho que uma questão que nós temos que discutir a nível nacional, que no nível
259 administrativo, seja como no nível civil, que cada um tenha uma concorrência no sentido de atravessar,
260 quando o Federal ou Municipal, não estão cumprindo com a legislação federal. Pela Resolução recente do
261 Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, não pode ser construído empreendimento privado. Com a
262 palavra a Conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da PGE; pergunta se foi conseguido obter alguma
263 liminar na ação e se poderia juntar o despacho proferido nesse caso. O Convidado VITÓRIO SURUCHUK,
264 respondeu no primeiro momento conseguimos a liminar, e depois no mesmo nível, o outro juiz revogou a
265 liminar considerando que como aquela atividade não estava arrolada na Resolução 001/86. Com a palavra o
266 Conselheiro JOEL CARLOS SARNICK, da FUNDAÇÃO CRETÃ; pergunta sobre a promessa feita aos
267 moradores da margem do Rio Barigui, não foram cumpridos, inclusive alguns moradores que tiveram que se
268 retirar devido às obras estão na periferia do Município de Campo Largo em situação abaixo da linha de
269 pobreza. Com a palavra o Conselheiro ESPARTANO TADEU DA FONSECA, da Prefeitura Municipal de São
270 José dos Pinhais; este caso é de âmbito Jurídico. O presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA;
271 expõe que a proposta em votação é se acatam ou não a preposição, a referida preposição foi acatado por
272 sete votos a seis, e vai ser encaminhado ao Senhor ÁLVARO APARECIDO MARQUES, do CEMA, para
273 devidas providências. Passando para a preposição número dois a elaboração de um relatório técnico e o
274 respectivo levantamento dos passivos sócio-ambientais e o devido enquadramento jurídico dos responsáveis
275 pelo licenciamento, importação e destinação final dos resíduos tóxicos, advindos do estado de São Paulo e
276 demais locais de procedência. Em discussão o Conselheiro JOEL CARLOS SARNICK, da FUNDAÇÃO
277 CRETÃ; sugere que esse item se remeta a câmara competente, que é a Câmara Temática de Resíduos
278 Sólidos. O presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; coloca em votação a proposta, aprovada
279 por unanimidade, se remetendo a Câmara de Resíduos Sólidos, abrindo o terceiro item, de exclusão da

280 Excelentíssima Conselheira MARILIA TISSOT de deliberação de todos os resíduos sólidos, considerando
281 seus interesses particulares no setor. Com a palavra a Conselheiro MARILIA TISSOT da FIEP; as entidades
282 devem medir a liberdade de manifestação, até por falta de informação destas entidades, foi colocado em
283 documento, já apresentado a todos os conselheiros. Colocada em votação e rejeitada esta proposição por
284 unanimidade. Encaminhando-se para a quarta e penúltima proposição, em apresentação e discussão do
285 Relatório da Câmara Técnica do CEMA, relativo ao Parque Estadual de Vila Velha, em Plenária, em razão
286 da proposta de abertura do referido Parque à revelia dos vários acidentes e incêndios que estão ali
287 ocorrendo. Em discussão o presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; acata a proposta do
288 Conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI, da APROMAC; na questão de ordem, da exclusão desse item da
289 Pauta, pede a sua não apreciação, não havendo outra proposta, encaminha-se para votação e aceita por
290 unanimidade, por não haver a Câmara Técnica para o referido assunto. Encaminhando-se a quinta e última
291 proposição, elaboração de moção de apoio à manutenção ao Estado do Paraná, como área livre de
292 transgênicos. Em discussão a Conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da PGE; deveriam considerar
293 que é uma moção ao pleito do Estado do Paraná, junto ao Ministério da Agricultura como área livre de
294 transgênicos. O presidente deste Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA; esclarece que pode ser apresentado
295 uma moção, que vai a votação a como proposta de aprovar ou rejeitar a proposição número cinco do
296 documento sem nenhum prejuízo dos Conselheiros apresentarem uma moção similar ou mais completa.
297 Em votação e aprovada por unanimidade a rejeição desta Pauta. Em votação a proposta de elaboração de
298 moção de apoio ao pleito do Estado do Paraná junto ao Ministério da Agricultura no sentido de ser
299 declarado área livre de transgênicos apresentado acima pela Conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da
300 PGE; proposta aprovada por unanimidade. O senhor presidente deste Conselho encaminha à última
301 proposta da Pauta que se refere a APA da Serra da Esperança. Em discussão a Conselheira VÂNIA
302 MOREIRA DOS SANTOS, do ING; sugere que esta Comissão Especial, que foi criada para fazer a visita,
303 que temporariamente se encarregasse de conversar com o INCRA, o MMA e o IBAMA para que na próxima
304 reunião tenhamos algo mais ajustada. O presidente deste Conselho sugere que este assunto seja o primeiro
305 a ser discutido na Pauta do dia onze de dezembro, próximo. Em votação e aprovado por unanimidade. Com
306 a palavra o Conselheiro PAULO APARECIDO PIZZI, da MATER NATURA; solicita que seja incluído na
307 Pauta da próxima reunião, o seu pedido já protocolado junto ao CEMA. Com a palavra Senhora SCHIRLE
308 MARGARET D. R. BRANCO, responsável pela Agenda 21 do Estado do Paraná, registra que à
309 coordenação da Agenda 21 do Estado do Paraná, considera todos os representantes do CEMA, como
310 importantes para o processo da Agenda 21 do Estado do Paraná. Não utilizando a burocracia apenas por
311 escrito para solicitar a representação, já que as Ongs Ambientais estão presentes, pede que as Ongs
312 Ambientais, que fazem parte deste Conselho façam uma reunião e que nós apresentem dois membros, que
313 como grandes âncoras estarão representando todas as Ongs ambientais no Fórum Estadual da Agenda 21
314 do Estado do Paraná, sendo um titular e um suplente; O presidente deste Conselho senhor LUIZ
315 EDUARDO CHEIDA; encerra a Quinquagésima oitava Reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente –
316 CEMA.